Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

BOATE KISS

242 mortos, 636 feridos e 10 anos sem punição

Parentes e amigos das vítimas cobram solução para tragédia, cujo julgamento dos acusados foi anulado e não tem data para acontecer

» ISABEL DOURADO*
» MARIANA ALBUQUERQUE*

Fotos Tomaz Silva/Agência Brasil



Parentes e amigos fizeram vigília em frente ao imóvel onde funcionava a casa noturna



Na homenagem às vítimas, a indignação por um caso sem solução há uma década

Amigos e parentes de vítimas da Boate Kiss realizaram, na madrugada de ontem, uma vigília em homenagem aos 242 mortos e 636 sobreviventes — que saíram feridos física e psicologicamente — de uma tragédia que completou 10 anos sem que ninguém tenha sido responsabilizado. O grupo pendurou faixas e cartazes na frente do local em que funcionava a casa noturna — no centro de Santa Maria (RS) —, que continua fechada e se tornou um memorial contra o descaso e a impunidade.

As homenagens foram organizadas pela Associação dos Familiares da Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) e o Coletivo Kiss: Que Não Se Repita, que realizaram, além da vigília, debates sobre um episódio que, uma década depois, não tem solução. Depois do evento na madrugada de ontem, com uma salva de palmas às 2h30 — quando o incêndio começou —, amigos e parentes reuniram-se em frente ao Theatro Treze de Maio para a soltarem balões com a inscrição *10 anos boate Kiss 27 jan*. Segundo o presidente da AVTSM, Gabriel Rovadoschi, o ato representa "uma mensagem cada vez mais alta, que chega a mais pessoas". A jornada em memória dos mortos termina hoje, com uma missa.

Em 27 de janeiro de 2013, durante o show da banda Gurizada Fandangueira, um artefato pirotécnico foi disparado de cima do palco, incendiando o teto da boate, que era feito de espuma. A casa noturna tinha apenas uma saída de emergência e as vítimas, a maioria de universitários entre 18 a 25 anos, não conseguiram deixar o local. As mortes foram provocadas por queimaduras, pisoteamento ou asfixia.

Durante o inquérito, constatou-se que quatro elementos foram fundamentais para a tragédia: superlotação (no salão havia em torno de 900 pessoas, apesar de a capacidade da boate ser de 600); uso de uma espuma inflamável como isolamento acústico; o disparo do sinalizador no ambiente fechado; e o descumprimento de protocolos de emergência — havia somente uma saída de emergência, o alvará estava vencido e os extintores, com defeito. O pânico e a falta de saídas fez com que pessoas também morressem pisoteadas ao tentar deixar a boate.

As vítimas fatais foram veladas coletivamente em um ginásio na cidade. O governo federal decretou luto de três dias em todo o país e, à época, a presidente Dilma Rousseff cancelou compromissos de domingo e foi a Santa Maria prestar solidariedade aos parentes das vítimas.

Condenação

Em dezembro de 2021, os sócios da Kiss, Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, além de dois integrantes da banda que se apresentava na noite da tragédia, Marcelo de Jesus e Luciano Bonilha, foram condenados. O julgamento, conduzido pelo juiz Orlando Faccini Neto, foi tenso e um dos advogados de defesa chegou a desacatar o magistrado. O juri foi anulado em agosto de 2022 pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que acolheu parte dos recursos das defesas. Não há data para uma nova sessão.

Delvani Rosso, um dos sobreviventes da tragédia, acusou os seguranças de impedirem a saída das pessoas. Contou ao júri que o irmão, que o salvou, precisava "puxar os homens pelo cinto e as mulheres pelo cabelo, porque se pegasse no braço tirava a pele das pessoas".

Emanuel de Almeida — que com o irmão gêmeo, Guilherme, comemorava o aniversário na Kiss — relatou, no julgamento, que "quando deu o principio de incêndio não soou nenhum alarme e não estava clara a rota da saída de emergência, também não teve iluminação".

Formada em direito, Jéssica Montardo Rosado lembrou ao júri que o irmão, Vinícius, morreu depois de salvar pelo menos 14 pessoas, intoxicado pela fumaça dentro da Kiss. "Ele pensou nos amigos que estavam lá dentro e voltou. Meu irmão era a melhor pessoa na minha vida. E olha que perdi muitos amigos lá. Muitos", recordou.

***Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi**

AMAZÔNIA

Para MPF, governo Bolsonaro abandonou ianomâmis

Ao reforçar, ao Supremo Tribunal Federal, pedido para que sejam retirados os invasores de sete terras indígenas em Roraima, com urgência nas operações de extrusão nos locais ocupados pelos povos ianomâmi, iekuana e outros em situação de isolamento voluntário, o Ministério Público Federal (MPF) ressaltou ter alertado, desde setembro, para problemas nas ações do governo Jair Bolsonaro sobre a proteção dos povos originários.

Segundo a subprocuradora-geral da República Eliana Torelly, coordenadora da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, perícia entregue à Corte máxima em setembro indicava que ações da gestão de Bolsonaro sobre a desintrusão das terras indígenas "apresentavam incompletude, possuindo efeitos localizados e temporários, que não se mostram suficientes para atender as determinações de retirada dos invasores".

Descumprimento

Três meses depois, o MPF apontou descumprimento de ordens judiciais expedidas em ações que tramitam não só no Supremo, mas também no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e na Justiça Federal de Roraima. Documentos da Polícia Federal (PF) e de procuradores que trabalham na área das sete terras indígenas, também reforçaram o não cumprimento integral da desintrusão ordenada pelo STF.

O Supremo investigará se o governo Bolsonaro descumpriu decisões judiciais e repassou informações falsas sobre a situação do povo ianomâmi. Em comunicado divulgado na quinta-feira, o gabinete do ministro Luís Roberto Barroso afirmou que as operações colocadas em prática pela União não seguiram o planejamento aprovado pelo STF e ocorreram com "deficiências".

Perícia divulgada no fim do ano passado, nos autos da Petição 9.585, concluiu que os objetivos fixados no Plano Operacional de Atuação Integrada — Terra Indígena Yanomami e no Plano Operacional 7 Tis não haviam sido atingidos. Também constatou o descumprimento de ordens judiciais expedidas pelo STF, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e Justiça Federal em Roraima.

O texto endereçado a Barroso foi assinado na quinta-feira. O documento foi levado ao STF no bojo da ação que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) pediu a "desintrusão completa e imediata" das terras indígenas caripuna, uru-eu-wau-wau, caiapó, araribóia, mundurucu e trincheira bacajá, além da ianomâmi.

Tobias Schwarz/AFP



Contribuição que será anunciada por Scholz virá em duas etapas. Governo alemão doará cerca de R$ 170 milhões

Alemanha reativa doações

» RAPHAEL FELICE

O chanceler alemão, Olaf Scholz, chega ao Brasil na próxima segunda-feira para oficializar o retorno dos repasses ao Fundo Amazônia, composto por recursos da Alemanha e da Noruega para a preservação do bioma. Segundo o secretário de Europa do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Kenneth Felix Haczynski da Nóbrega, o governo de Berlim doará 31 milhões de euros — aproximadamente R$ 170 milhões.

A verba do governo alemão será feita em duas etapas: primeiramente, serão destinados 10 milhões de euros para projetos de economia verde na Amazônia; em seguida, 21 milhões de euros destinados para o combate ao desmatamento e para a preservação da floresta. O diplomata lembrou que, em dezembro, dias depois da diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Alemanha e a Noruega sinalizaram a intenção de retomar as doações ao Fundo Amazônia.

As doações dos países europeus foram suspensas durante o governo Bolsonaro. O motivo foi a mudança, promovida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, das regras de gestão do fundo, sem avisar aos governos de Berlim e de Oslo. O presidente fazia, à época, acusações às organizações não-governamentais (ONGs) que recebiam recursos do fundo, e atuavam na Amazônia, de serem fachada para um esquema de contrabando de recursos naturais da região.

Bolsonaro também desdenhou de US$ 20 milhões enviados pelo governo francês para ajudar no combate às queimadas na região. Durante uma live, disse que o valor é "esmola" e que "o Brasil vale mais que US$ 20 milhões".

A visita de Scholz também tratará de acordos comerciais entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. A tendência é que a cooperação avance com mais velocidade, conforme Lula cobrou, esta semana, nas visitas que fez à Argentina e ao Uruguai. O Parlamentou Europeu tinha deixado o acordo m segundo plano por desconfiar da política ambiental do governo Bolsonaro.